



## ATITUDES E CONHECIMENTOS DOS EDUCADORES SOBRE MAU TRATO INFANTIL: RESULTADOS PRELIMINARES

**Helena da Conceição Borges Pereira Catarino**

Departamento de Psicología y Antropología - Universidad de Extremadura.

### ABSTRACT

**Objectives:** The aims of this study are to learn about teachers' attitudes towards and knowledge of child abuse, to determine to what extent teachers report the abuses they detect, to learn about teachers' course of action when they identify situations of abuse and to learn about their suggestions as to how institutions can improve intervention methods in cases of child abuse.

**Methods:** A quantitative, transversal and descriptive study was carried out on a sample of 264 preschool, primary and secondary school teachers in the municipality of Leiria, Portugal, selected by convenience sampling, through the application of a questionnaire.

**Results:** Conceptually, they define the child maltreatment on the risk factors, the nature of the acts and consequences of abuse in children. They report on the situations of neglect, physical abuse, psychological and sexual abuse. Previously, they speak with the child to assess the situation and they observe their behaviour, more systematic, they speak with their parents to meet and complete the information and they communicate the occurrence of situations to the school administrators.

Teachers point to the need for improving institutional procedures and implementing training and intervention programmes within schools so as to facilitate the early detection of child abuse cases.

Key words: child maltreatment; attitudes, knowledge, teachers.

### INTRODUÇÃO

O relatório mundial sobre a violência e saúde aponta que, em cada ano, 1,6 milhões de pessoas, em todo o mundo, perdem a vida ou sofrem lesões graves como resultado da violência auto-inflingida, interpessoal ou colectiva. Segundo a Organização Mundial de Saúde, em 2002, cerca de 53000 crianças entre os 0 e os 17 anos de idade foram vítimas de homicídio (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002). As estimativas globais demonstraram que, nesse ano, tinham ocorrido 31000 mortes por homicídio em crianças com menos de 15 anos, evidenciando que as crianças com menos de 4 anos apresentam um risco de serem vítimas de homicídio duas vezes superiores comparativamente com o grupo



## ATITUDES E CONHECIMENTOS DOS EDUCADORES SOBRE...

das crianças com idades entre os 5 e os 14 anos (World Health Organization [WHO] & a International Society for Prevention of Child Abuse e Neglect [ISPCAN], 2006).

A casuística na área da violência na infância em Portugal, tornam visível o aumento do número de processos instaurados, sendo a negligência, o abandono escolar e os maus tratos físicos e psicológicos, as situações de perigo infantil e juvenil mais referenciadas anualmente (Comissão Nacional de Protecção da Criança e Jovem em Risco [CNPCCR], 2007 & Alvarenga, 2007).

Comungamos da opinião de Bentovim e Miller (2007) que a criança, deve ser alvo da protecção de todos. Para além do meio familiar que por inerência tem a obrigação de a proteger, ela participa noutros contextos, destacando-se o escolar. Com efeito, a escola desempenha um papel importante ao constituir-se um dos espaços mais relevantes à efectividade das medidas de prevenção e controlo dos factores de risco e de potencialização dos factores protectores do mau trato na infância, pelo que os educadores e os professores detêm uma posição privilegiada para detectar essas situações, podendo ser os únicos profissionais envolvidos com as famílias (Kenny, 2004).

Sendo óbvia a responsabilidade dos professores na sinalização e denúncia dos maus tratos, os estudos evidenciam uma preparação inadequada destes profissionais para o desempenho desse papel, sendo essa insuficiência incomensurável em termos de mau trato e subsequente infância perdida, do ponto de vista de morbilidade e mortalidade (Alvarez, Kenny, Donohue & Carpin, 2004 & Alvarez, Donohue, Kenny, Cavanagh & Romero, 2006).

A intervenção do educador no âmbito do mau trato infantil insere-se na primeira fase do processo de protecção infantil (Romeu Soriano, 2006) e implica a intervenção multidisciplinar (Azevedo & Maia, 2006) no sentido da sua correcção.

## MÉTODO

### Tipo de estudo e objectivos

Desenvolvemos um estudo quantitativo, transversal e descritivo em que se pretende conhecer as atitudes e os conhecimentos dos educadores, determinar a prevalência de sinalização de maus tratos identificados nos seus estudantes, conhecer a sua actuação relativamente às situações de maus tratos identificadas e as suas sugestões relativamente ao papel institucional na melhoria da intervenção.

### População e amostra

A população-alvo foi constituída pelos educadores de infância e professores que exerciam funções docentes nos estabelecimentos de ensino público pré-escolar, básico e secundário do concelho de Leiria, um total de 1245 educadores. A amostra integrou 264 educadores (21,20% da população-alvo), seleccionados por amostragem não probabilística.

### Instrumento de recolha de dados

Optámos por construir um questionário que permitiu a caracterização sócio-demográfica e profissional da amostra e a avaliação das atitudes e dos conhecimentos dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário sobre os maus tratos infantis. Este instrumento integrou ainda uma lista de verificação de possível mau trato da criança para reconhecimento do educador (Crosson-Tower, 2003) contendo 69 asserções relativas aos quatro conjuntos tipológicos em que se definem os maus tratos quanto à sua natureza, traduzida e adaptada ao contexto português por peritos no que respeita à língua e ao conteúdo.



## CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES: FAMILIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO

## Procedimentos

Foi solicitada autorização formal aos Presidentes dos Conselhos Executivos das escolas a quem foram entregues os questionários individualizados em envelopes para posterior devolução. Estes foram recolhidos e devolvidos pelos superiores hierárquicos.

A aplicação dos questionários abrangeu os anos lectivos 2006/2007 e 2007/2008, decorrendo de 1 a 30 de Julho de 2007 e de 1 de Setembro de 2007 a 8 de Fevereiro de 2008.

## RESULTADOS

### Características gerais da amostra

A amostra constituída por 264 docentes, com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos, com média de idades de 44,2 anos (DP=7,7), era maioritariamente do sexo feminino, 216 (81,8%). O valor percentual da taxa de feminilidade da amostra é próximo do valor da mesma na zona territorial do Pinhal Litoral à qual pertencem os inquiridos (81,3%). Maioritariamente, os docentes inquiridos eram casados ou viviam em união de facto, 188 (71,2%), tendo a sua maioria filhos, 197 (74,6%). Do ponto de vista académico, 225 (85,9%) educadores eram detentores de uma licenciatura ou do seu equivalente legal, sendo que uma pequena parte possuía um mestrado, 18 (6,8%) ou um doutoramento, 2 (0,8%).

Relativamente ao exercício funcional, a maioria dos professores desempenhava a sua actividade ao nível do ensino básico, sendo predominantemente do 1º ciclo, 82 (31,1%). Exerciam docência ao nível do 2º ciclo, 41 (15,5%) professores e do 3º ciclo, 58 (22%). Nesta amostra, 9 (3,4%) professores desempenhavam funções educativas de ensino especial ao nível do ensino básico.

Dos restantes, 39 (14,8%) docentes referiram ser educadores de infância, desempenhando funções ao nível do ensino pré-escolar e 33 (12,5%) docentes exerciam funções ao nível do ensino secundário.

O tempo de exercício profissional na função, em média, foi de 20,3 anos (DP=8,9), variando entre o mínimo de 1 ano e o máximo de 39 anos. No estabelecimento de ensino, o tempo de exercício variou entre 1 mês e 41,3 anos, sendo, em média de 91,4 meses, isto é, 7,6 anos (DP=101,4).

As características sócio demográficas e profissionais apresentadas pela amostra em estudo são semelhantes às expostas nas amostras dos estudos desenvolvidos por Kenny (2001, 2004), Hawkins e McCallum (2001), Yanowitz, Monte e Tribble (2003).

### Atitudes e conhecimentos dos educadores sobre o mau trato infantil

Da análise das respostas dos inquiridos relativamente aos *contextos, ideias, realidades* ou *conceitos* associados ao mau trato infantil, resultaram três grandes categorias que se referem aos *factores de risco para o mau trato infantil, à natureza dos actos perpetrados na criança e às consequências dos maus tratos na criança*. O facto dos inquiridos nas suas respostas focarem simultaneamente todos estes aspectos demonstra não só o enfoque multidimensional usado para explicar este fenómeno, mas também a sua complexidade do ponto de vista conceptual, como é apontado por Magalhães (2005) e Algeri e Stobäus (2005).

A análise mais detalhada destas categorias permite verificar que, no que respeita aos *Factores de risco para o mau trato infantil*, emergiram três unidades de contexto com um total de 743 unidades de enumeração, *Factores familiares e Factores sociais e Factores individuais*. Quer estas categorias, quer as unidades de registo que emergiram, enquadram-se na classificação dos factores de risco proposto por Berman, Hardesty e Humphreys (2004), Magalhães (2005), Rodríguez LaFuente et al. (2006) e apresentados também no modelo ecológico da OMS (Krug et al., 2002).



## ATITUDES E CONHECIMENTOS DOS EDUCADORES SOBRE...

Relativamente à primeira, *Factores familiares*, de um total de 723 unidades de enumeração, as unidades de registo mais significativas englobam as referências aos *Problemas económicos* (122), às *Dependência do álcool* (110) e *de drogas* (85), à existência de *Famílias destruídas* (85) e a *Perturbações/doenças psíquicas e psicológicas* (84). Em relação à segunda, *Factores sociais*, as unidades de registo mais significativas de um total de 22 unidades de enumeração, foram o *Meio envolvente problemático* (8) e a *Falta de intervenção das entidades* (4). Estes achados que na opinião dos inquiridos foram determinantes para a ocorrência da violência intra-familiar foram também verificados por Maćkowicz (2007) no seu estudo. A terceira unidade de contexto, *Factores individuais*, englobou duas unidades de registo, *Filhos indesejados* (6) e *Criança com deficiência* (1) que são também apontados por Magalhães (2005) e Rodríguez LaFuente et al. (2006).

Da análise dos discursos emergiram extractos que nos levaram a enquadrá-los ao nível da natureza dos actos praticados, sendo agregados em quatro unidades de contexto, *Actos de negligência*, *Actos de mau trato psicológico*, *Actos de mau trato físico* e *Actos de mau trato sexual*, abrangendo um total de 283 unidades de enumeração. Estas categorias também foram mencionadas por Aracena, Balladares, Roman e Weiss (2002), Crosson-Tower (2003), Magalhães (2005) e Cicchetti e Toth (2005) e integram-se no conceito proposto pela WHO e ISPCAN (2006) e no qual nos revemos.

A primeira unidade de contexto, *Actos de negligência*, foi a mais significativa (139) e as unidades de registo mais expressivas que emergiram do discurso dos inquiridos, dizem respeito ao *Abandono da criança por parte dos pais* (41), *Alimentação deficiente em quantidade e qualidade* (32), à *Negligência dos cuidados básicos* (21) e à *Falta de cuidados de higiene* (17). No que concerne às unidades relativas aos actos de natureza psicológica, salientamos as respeitantes às *Agressões psicológicas* (29), *Carências afectivas* (9) e à *Agressão verbal* (8) como sendo as mais significativas. A unidade de contexto *Actos de mau trato físico* abrange um total de 51 unidades de enumeração, sendo as unidades de registo mais pontuadas, as relativas à *Agressão física* (44) e ao *Trabalho infantil* (14). Na unidade de contexto *Actos de mau trato sexual*, realçamos como mais significantes as unidades *Abuso sexual* (19) e *Pedofilia* (11).

A conceptualização de mau trato infantil construída com base nas consequências deste para a criança foi a categoria que reuniu menos relatos. De facto, esta categoria engloba uma única unidade de contexto *Alterações do comportamento da criança*, com 10 unidades de enumeração, distribuídas por oito unidades de registo. Estas traduzem impacto do mau trato na criança como é descrito por Canha (2003b), Cicchetti e Toth (2005) e Díaz Curiel e Vázquez Burgos (2006) e aludem ao impacto negativo do mau trato no desenvolvimento psicológico e neurobiológico da criança que é maltratada.

As alterações do comportamento da criança mais identificadas foram o *Isolamento da criança* (2) e as *Dificuldades de aprendizagem* (2), repercussões também tipificadas por Veltman e Browne (2003), Francia Reyes (2003) Yanowitz, Monte e Tribble (2003) e Moreno Manso (2005).

O conhecimento destes aspectos é da máxima importância se queremos intervir com o objectivo de os minimizar, evitar a recorrência de acções maltratantes e implementar estratégias de prevenção e intervenções eficazes (Cicchetti & Toth, 2005; Fluke, 2008) para que os efeitos do mau trato na infância não se façam sentir na idade adulta com condutas anti-sociais e comportamentos abusivos como apontam Canha (2003b), Magalhães (2005) Romeu Soriano (2006) e a WHO e ISPCAN (2006).

Durante o desempenho profissional, a maioria dos inquiridos, 135 (51,1%) referiu não ter contactado com crianças vítimas de mau trato. No entanto, em oposição e com um número bastante aproximado, 127 (48,1%) docentes afirmaram ter tido contacto com estas crianças. Destes só 94 (74%) denunciaram a situação, apesar da Constituição da República Portuguesa prescrever o dever de protecção das crianças contra todas as formas de mau trato (Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 de Agosto) e do Código Penal Português determinar para os funcionários públicos a obrigação da denúncia (Lei nº 59/2007 de 4 de Setembro). Como também aludem Alvarez, Kenny, Donohue e Carpin (2004) e Dausen (2006) a denúncia às autoridades é um imperativo legal.



## CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES: FAMILIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO

Este valor (74%) parece ser demonstrador de também haver uma subnotificação dos casos identificados, à semelhança dos resultados apontados por Alvarez, Kenny, Donohue e Carpin (2004), Alvarez, Donohue, Kenny, Cavanagh e Romero (2005) e Díaz Curiel e Vázquez Burgos (2006).

A percentagem de subnotificação por nós encontrada (26%) é inferior à apresentada por Webster, O'Toole, O'Toole e Lucal (2005) que evidenciaram o facto da subnotificação ter sido encontrada em um terço das respostas da amostra (33,3%) do seu estudo. No entanto, Kenny (2001) constatou que apenas 11% dos seus inquiridos referiu ter detectado situações de mau trato nos seus alunos, não denunciou. Também Walsh, Farrell, Schweitzer e Bridgstok (2005) fazem referência a valores de subnotificação mais baixos, 10%.

À semelhança do indicado por Alvarez, Kenny, Donohue e Carpin (2004) e Alvarez, Kenny, Donohue, Cavanagh e Romero (2005), somos concordantes que esta atitude de não notificar as autoridades impede as crianças, bem como as suas famílias, de receberem protecção e tratamento, com todas as consequências que advêm dessa decisão.

Para notificação da situação, 46 (48,9%) dos participantes do nosso estudo utilizaram um relatório descritivo e 8 (8,5%), um guia de sinalização. Estas formas documentais são também as apontadas pelos autores consultados, não referindo outra forma de notificação às entidades. Se atendermos aos dados nacionais apresentados pela CNPCJR (2007), relativamente às formas de sinalização das situações de perigo às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, quer em 2005 (66,6%) quer em 2006 (69,8%), o total de notificações por escrito verificadas no nosso estudo é bastante inferior (57,4%).

Consideramos que é necessário que os relatórios de notificação sejam claros e objectivos tendo subjacente um quadro de linhas orientadoras consistentes com as políticas e o enquadramento legal definidos para esta área, tal como recomenda Kenny (2004). Assim, julgamos que a utilização de guias de sinalização pode obviar erros, constituindo-se um instrumento mais adequado, uma vez que as folhas de notificação que o integram, permitem a recolha sistemática de informação de forma clara e organizada e o processo de notificação é maximizado (Romeu Soriano, 2006).

Relativamente aos restantes docentes, 31 (30,1%), que denunciaram as situações através de outros meios de comunicação, verificou-se que a maioria optou pela notificação através da comunicação verbal por contacto pessoal, 13 (13,8%) e por telefone, 6 (6,4%). Apesar de esta ser uma das formas de notificação das situações às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CNPCJR, 2007), consideramos poder haver perda de informação, uma vez que não há um registo escrito de dados e factos por quem os observou, com consequentes prejuízos do ponto de vista epidemiológico, estatístico e investigativo.

Sendo nosso objectivo determinar a prevalência de sinalização de maus tratos identificados pelos educadores nos seus estudantes e conhecer a sua actuação relativamente às situações de maus tratos identificadas, procuramos fazê-lo à luz do enquadramento legal da definição tipológica das situações de perigo para a criança (CNCJR, 2005). Os resultados evidenciam que os participantes no nosso estudo identificaram 341 situações de perigo. As situações de negligência (61), maus tratos físicos (47) e psicológicos (45) foram as mais prevalentes. Estes resultados estão de acordo com os dados apresentados pela CNPCJR (2007) e Alvarenga (2007) como sendo as situações de maior prevalência. No entanto, no universo das situações de perigo identificadas pelos inquiridos, verificámos ainda que 54 casos dizem respeito a situações de absentismo e abandono escolar e 31 situações de perigo estão relacionadas com consumo de substâncias (estupefacientes e bebidas alcoólicas). Os dados epidemiológicos apresentados pela CNPCJR (2007) e por Alvarenga (2007) também evidenciam valores percentuais altos nestas situações de perigo para a criança.

No que concerne às intervenções realizadas face às situações de perigo identificadas, as mais realizadas foram falar com a criança para avaliar a situação (200) e observar de forma mais sistemática os comportamentos da criança para avaliar a situação (195). Estes tipos de intervenção foram também



## ATITUDES E CONHECIMENTOS DOS EDUCADORES SOBRE...

identificados por Hawkins e McCallum (2001) ao referirem que os docentes que integraram as suas amostras agiram da mesma forma. Estas opções podem ter sido devidas à necessidade sentida pelos professores de terem a certeza dos factos antes de notificarem a situação, atitudes que estão em consonância com a linha de conduta referida por Hawkins e McCallum (2001).

Com um número de frequência bastante próximo dos anteriores, estes docentes optaram por falar com os pais para confrontar e completar a informação (163). Tal poderá traduzir o facto de que muitos professores esperam solucionar, de forma informal, as situações em contexto escolar, provavelmente, por considerarem que as situações não envolvem perigo de vida para a criança ou serem situações consideradas como pontuais (Magalhães, 2005).

Este tipo de actuação pode também dever-se ao facto de alguns professores poderem considerar que algumas situações não configuram mau trato, pois, a existência de factores de risco numa família não implica a ocorrência de mau trato infantil (Magalhães, 2005) e para que algumas situações sejam de perigo é necessária a verificação reiterada da ocorrência do acto (CNPCJR, 2005).

Constatamos ainda que muitos docentes (158) optaram por comunicar aos superiores hierárquicos a ocorrência das situações. Estes dados fazem-nos pensar que, provavelmente, subjacente a esta decisão estejam razões como considerar não ser da sua responsabilidade a denuncia às CPCJ, devendo serem estas a investigar e avaliar as situações ou que a decisão compete às administrações das escolas. Esta perspectiva parece de alguma forma corresponder a uma das razões apontadas para não denunciar a situação às entidades, como foi evidenciado por Hinson e Fossey (2000).

Os inquiridos que tendo contactado com crianças vítimas de maus tratos não denunciaram a situação às entidades, apresentaram vários motivos ou razões para não o terem feito. A maioria das justificações prendeu-se com o facto da sua intervenção junto da família ter sido bem sucedida, com conseqüente resolução do caso. A justificação dada vai ao encontro de algumas intervenções realizadas junto da família, parecendo ser entendimento dos professores que informalmente as situações são passíveis de resolução, como refere Magalhães (2005). De notar que foram referidas, com menor expressão a incapacidade para a resolução do caso e a defesa pessoal. Estes aspectos relacionam-se, quer com o desconhecimento da intervenção multidisciplinar e multiprofissional que se preconiza para o atendimento das crianças vítimas de mau trato havendo uma desarticulação, quer com a indefinição de políticas claras, acessíveis e escritas como recomenda Kenny (2004), quer ainda com a falta de apoio institucional no processo de denúncia, (Walsh, Farrell, Schweitzer & Bridgstock, 2005). Webster, O'Toole, O'Toole e Lucal (2005) opinam que a subnotificação está relacionada com características do caso, do professor e da escola onde este trabalha.

Relativamente aos factores de risco/causas identificados pelos inquiridos nas situações de perigo com as quais tiveram contacto constatamos que, quer as unidades de contexto em que os extractos foram categorizados, Individual, Familiar e Ambiental, quer as respectivas unidades de registo se enquadram no referido no modelo ecológico proposto pela OMS (Krug et al., 2002) e por Magalhães (2005), Berman, Hardesty e Humphreys (2004), Rodríguez LaFuente et al. (2006) e Maćkiewicz (2007). Consideramos ser da máxima importância o conhecimento dos factores que podem aumentar a susceptibilidade para o mau trato infantil, pois só o seu conhecimento permite a detecção precoce e a intervenção imediata (Aracena, Balladares, Román & Weiss, 2002; Kenny, 2004; Cicchetti & Toth, 2005; WHO & ISPCAN, 2006 & Fluke, 2008).

Dos inquiridos que não contactaram com crianças vítimas de maus tratos, 43 justificaram os motivos ou razões que os levariam a não denunciarem a situação às entidades. As razões mais explicitadas foram o medo de represália, a denúncia reverter em prejuízo para a criança, incredibilidade na resolução da situação e ausência de provas para poder fundamentar a notificação, razões indicadas também apontadas por Alvarez, Donohue, Kenny, Cavanagh e Romero (2005).

De notar que alguns professores quiseram demonstrar a sua consciencialização em relação à problemática afirmando que denunciariam sempre. Esta posição que parece demonstrar o sentido de res-



## CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES: FAMILIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO

ponsabilização destes professores do ponto de vista moral, legal e pedagógico, como é apontado por Crosson-Tower (2003), Dausen (2006) e Azevedo e Maia (2006) e prescrito na Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional nº1/2005 de 12 de Agosto) e no Código Penal Português (Lei nº59/2007 de 4 de Setembro).

Foi nosso objectivo saber qual a percepção dos professores sobre o seu nível de conhecimento quanto ao mau trato infantil, para melhor adequar as estratégias de intervenção na área da formação. Constatamos que o seu nível de conhecimentos variou entre o mínimo de 1, isto é, nenhum conhecimento que foi manifestado por 9 (3,4%) educadores e o máximo de 5, muito conhecimento, declarado por 2 (0,8%) participantes. Na opinião da maioria dos educadores, 126 (51%), o seu nível de conhecimentos enquadrou-se num nível intermédio (3).

Com o propósito de avaliar os conhecimentos dos educadores quanto aos sinais de suspeita de mau trato infantil, utilizámos a lista de verificação para reconhecimento pelo educador de provável mau trato da criança (Crosson-Tower, 2003), verificámos que, em média, os docentes que integraram a amostra apresentam conhecimentos insuficientes sobre os sinais de suspeita de mau trato infantil (M de resposta=33,1%). É ao nível dos conhecimentos sobre os sinais de suspeita de maus tratos físicos que os inquiridos possuem melhores conhecimentos (M de resposta =46,3%) e é relativamente aos sinais de suspeita de maus tratos sexuais que os seus conhecimentos são mais deficitários (M de resposta =29%).

Nas amostras estudadas por Hinson e Fossey (2000), Kenny (2004), Alvarez, Kenny, Donohue e Carpin (2004), os resultados encontrados foram semelhantes. Walsh, Farrell, Schweitzer e Bridgstok (2005), especificam que, de facto, a área do conhecimento em que houve maior défice foi a dos maus tratos sexuais e aquela em que demonstraram maior segurança foi a dos maus tratos físicos.

Estes resultados corroboram a necessidade formativa nesta área, afim de que os professores possam adquirir as competências que lhes permitam detectar os sinais de mau trato, possam sinalizar com confiança nas suas habilidades para identificar as situações de suspeita e possam intervir adequadamente junto da criança, evitando-lhe perdas irreversíveis (Botash, 2003 & Kenny, 2007).

Na nossa amostra foram reconhecidos, maioritariamente, como sendo sinais de suspeita de maus tratos físicos, as “Marcas que indicam golpes graves com objectos como fio eléctrico ou marcas de chicote à volta do corpo” e as “Contusões (lesões) extensas especialmente em áreas do corpo que não são normalmente vulneráveis” e como sinais de suspeita de abuso sexual, as “Queixas de irritação genital ou anal, dor ou hemorragias” e “Um medo anormal de homens (ou mulheres)”.

Apresentam como sugestões para a formalização da denúncia das situações de mau trato a melhoria quer de aspectos organizacionais (a intervenção efectiva, a denúncia anónima e o estreitamento das relações inter-institucionais), quer da comunicação (criação duma linha directa de atendimento), tal como Munro (2005) que considerou que os aspectos referidos melhoram a confiabilidade e a validade da informação.

No que diz respeito às sugestões para a implementação de programas de prevenção dos maus tratos, apontam a Formação sobre maus tratos infantis, Intervenção nas famílias de risco, Intervenção organizacional, Intervenção na comunidade escolar para despiste precoce Enquadramento legal e Intervenção na criança vítima de maus tratos, que na sua essência se inserem no preconizado por Romeu Soriano (2006).

## CONCLUSÃO

Em síntese, podemos dizer que os participantes consideram que, conceptualmente, o mau trato infantil se define quanto aos factores de risco, à natureza dos actos perpetrados e às consequências dos maus tratos na criança. A maioria denunciou a situação, através de um relatório descritivo, denunciando, sobretudo, situações de perigo de negligência, maus tratos físicos, psicológicos e abuso sexual.



## ATITUDES E CONHECIMENTOS DOS EDUCADORES SOBRE...

Apresentam conhecimentos insuficientes, sendo ao nível dos sinais de suspeita de maus tratos sexuais que os seus conhecimentos são mais deficitários.

Sugerem a melhoria de aspectos organizacionais, comunicacionais e legais, a implementação de programas de formação sobre maus tratos infantis, programas de intervenção nas famílias de risco e na criança vítima de maus tratos e programas de intervenção na comunidade escolar para despiste precoce.

## BIBLIOGRAFIA

- Algeri, S. & Stobäus, C. D. (2005). A violência no contexto da saúde e da educação. *Revista Educação*, Ano XXVIII, 55 (1), 117-131.
- Alvarenga, F. (2007). *Relatório anual da actividade das comissões de protecção de crianças e jovens em 2006*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.
- Alvarez, K. M., Donohue, B. Kenny, M. C., Cavanagh, N. & Romero, V. (2005). The process and consequences of reporting child maltreatment: a brief overview for professionals in the mental health field. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 311-331.
- Alvarez, K. M., Kenny, M. C., Donohue, B. & Carpin, K. M. (2004). Why are professionals failing to initiate mandated reports of child maltreatment, and there any empirically based training programs to assist professionals in the reporting process? *Aggression and Violent Behavior*, 9, 563-578.
- Aracena, M., Balladares, E., Román, F. & Weiss, C. (2002). Conceptualización de las pautas de crianza de buen trato y maltrato infantil, en familias del estrato socioeconómico bajo: una mirada cualitativa. *Revista de Psicología*, XI (2), 39-53.
- Azevedo, M. C. & Maia, A. C (2006). *Maus tratos à criança*. (1ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Baginsky, M. & Macpherson, P. (2005). Training teachers to safeguard children: developing a consistent approach. *Child Abuse Review*, 14, 317-330.
- Bentovim, A. & Miller, L. B. (2007). *Evidence-based assessment of parenting capacity, family relationships and the wellbeing of the child in family violence, child abuse and neglect: the introduction and the use of clinically developed and scientifically evaluated assessment tools*. In: XIth ISPCAN European Conference on Child Abuse and Neglect. Lisbon, 18th – 21st November 2007.
- Berman, H., Hardesty J. & Humphreys, J. (2004). Children of abuse women. In: Humphreys, Janice; Campbell, Jacquelyn C. *Family Violence and Nursing Practice*. (pp.150-185) Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins.
- Botash, A. S. (2003). From curriculum to practice: implementation of child abuse curriculum. *Child Maltreatment*, 8 (4), 239-241.
- Canha, J. (2003b). A criança vítima de violência. In: Machado, Carla; Gonçalves, Rui Abrunhosa (coord). *Violência e vítimas de crimes*. (2a ed.). Coimbra: Quarteto Editora. 15-93.
- Cicchetti, D. & Toth, S. L. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinic Psychology*, 1, 409-438.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR] (2005). *Tipologia das situações de perigo para a criança e jovem*. Recuperado em 20 de Dezembro de 2006 de [http://www.cnpcjr.pt/preview\\_documentos.asp](http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp)
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR] (2007). *Síntese do relatório anual de avaliação da actividade das CPCJ – 2005*. Lisboa: CNPCJR.
- Crosson-Tower, C. (2003). *The role of educators in preventing and responding to child abuse and neglect*. Washington: National Clearinghouse on Child Abuse and Neglect Information. Retrieved December 18, 2006, from <http://nccanch.acf.hhs.gov/profss/tools/usermanual.cfmm>
- Dausen, H. (2006). Teachers as mandated reporters of child abuse. Retrieved June 16, 2007, from <http://www.olemiss.edu/programs/mtc/Media/Writings/docs/Focus%2006%20PDF/Dausen.pdf>
- Díaz Curiel, J.; Vázquez Burgos, M. I. (2006). *Consecuencias psicológicas y psicopatológicas del maltrato: intervención desde atención primaria y salud mental*. Interpsiquis. Recuperado el 5 de Febrero de 2007 de <http://www.psiquiatria.com->



## CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES: FAMILIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO

- Fluke, J. D. (2008). Child protective services rereporting and recurrence – context and considerations regarding research. *Child Abuse & Neglect*, 32, 749-751.
- Francia Reyes, M. E. (2003). *Maltrato infantil: um problema de todos*. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, 19 (1). Recuperada el 16 de Julio de 2008 en [http://www.bvs.sld.cu/revistas/mgi/vol19\\_1\\_03/mgi09103.htm](http://www.bvs.sld.cu/revistas/mgi/vol19_1_03/mgi09103.htm)
  - Hawkins, R. & McCallum, C. (2001). *Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in south australian schools*. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1603-1625.
  - Hinson, J. & Fossey, R. (2000). Child abuse: what teachers in the '90s know, think, and do. *Journal of Education for Student Placed at Risk*, 5 (3), 251-266.
  - Kenny, M. C. (2001). Child abuse reporting: teachers' perceived deterrents. *Child Abuse & Neglect*, 25 (1), 81-92.
  - Kenny, M. C. (2004). Teachers' attitudes toward and knowledge of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 28, 1311-1319.
  - Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi A. B., & Lozano, R. (Eds.). (2002). *World reported on violence and health*. Geneva: WHO. Retrieved July 13, 2007 from [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/en/summary\\_en.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf)
  - Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 de Agosto (2005). *Aprova a sétima revisão constitucional*. Diário da República, I Série. Nº 155 (05-08-12), 4642-4686.
  - Lei nº 59/2007 de 4 de Setembro (2007). *Vigésima alteração ao Código Penal Português aprovado pelo Dec-Lei nº 400/82 de 23 de Setembro*. Diário da República, I Série. Nº 170 (07-07-04), p. 6181-6258.
  - Maćkiewicz, J. (2007). Child abuse and its perception by students, parents and teachers. *The New Educational Review*, 13 (3-4), 69-77.
  - Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens* (4a ed.) Coimbra: Quarteto.
  - Moreno Manso, J. M. (2005). Estudio sobre las consecuencias del maltrato infantil en el desarrollo del lenguaje. *Anales de Psicología*, 21 (2), 224-230.
  - Munro, E. (2005). What tools do we need to improve identification of child abuse? *Child Abuse & Neglect*, 14 (11), 1083-1101.
  - Rodríguez Lafuente, M. E., Gutiérrez Cordoví, J. M., Alonso García, M. E., Fernández Rielo, G., Caballero Rodríguez, Y., & Nuñez García, S. (2006). *Maltrato infantil. Vivencias en adolescentes*. [Versión Electrónica] Interpsiquis. Recuperado el 5 de Febrero de 2007 en <http://www.psiquiatria.com>
  - Romeu Soriano, F. J. (Coord.). (2006). *El papel del ámbito sanitario en la detección y abordaje de situaciones de desprotección o maltrato infantil*. Valencia: Generalitat Valenciana, Conselleria de Sanitat.
  - Veltman, M. W. M. & Browne, Kevin D. (2003). Identifying abused children using assessments and observations in the classroom: a preliminary study. *Child Abuse Review*, 12, 315-334.
  - Walsh, K., Farrell, A., Schweitzer, R. & Bridgstock, R. (2005). *Critical factors in teachers' detecting and reporting child abuse and neglect: implications for practice*. Australia: Abuse Child Trust.
  - Webster, S. W., O'Toole, R., O'Toole A. W. & Lucal, B. (2005). Overreporting and underreporting of child abuse: Teachers' use of professional discretion. *Child Abuse & Neglect*, 29, 1281-1296.
  - World Health Organization [WHO]; International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect [ISPCAN](2006). *Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence*. Geneva: WHO. Retrieved in July, 13, 2006 from [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention](http://www.who.int/violence_injury_prevention)
  - Yanowitz, K. L., Monte, E. & Tribble, J. R. (2003). Teachers' beliefs about the effects of child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27, 483-488.

Fecha de recepción: 28 febrero 2009

Fecha de admisión: 19 marzo 2009

